

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E
INVESTIMENTOS

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de vossas senhorias as demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 acompanhado do relatório dos auditores independentes.

A administração da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis às Instituições Financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresenta suas demonstrações contábeis do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024, acrescidas de notas explicativas, e do Relatório dos Auditores Independentes sobre tais demonstrações contábeis.

A instituição

Com mais de 50 anos de solidez e segurança no mercado financeiro, a Crefisa S.A. que tem como um dos seus principais valores, a excelência no atendimento, acredita que nada é mais importante que viabilizar o resgate do crédito para muitos brasileiros que nela acreditam ou, ainda, que tenham na Crefisa a única possibilidade para a solução dos problemas.

Nosso foco é o cliente! Zelar pelo cuidado e atendimento ao cliente é fundamental no dia a dia de nossas soluções financeiras disponibilizadas para os mais diversos públicos de forma prática e cada vez mais moderna, em todo território nacional com mais de 1.000 pontos de atendimento espalhados por todo o Brasil.

Principais destaques

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Crefisa obteve um lucro líquido de R\$ 571.093 mil (R\$ 306.649 mil em 2023), com uma rentabilidade de 9% (5% em 2023) sobre o patrimônio líquido final de R\$6.357.241 mil em 2024. Os ativos totalizaram R\$ 6.603.188 (R\$ 6.377.921 mil em 2023).

A receita bruta atingiu R\$3.739.248 mil (R\$3.031.622 mil em 2023).

Governança Corporativa e Controles internos

A Crefisa se utiliza de boas práticas de Governança e por isso, investe fortemente e de forma contínua na excelência da gestão, buscando tornar o ambiente organizacional e institucional mais sólido, justo, responsável e transparente.

Como parte desse processo, faz a manutenção dos controles internos, mediante a análise, revisão e aderência dos processos, bem como análise e monitoramento constante de riscos, mantendo uma estrutura que reforça e garante que os riscos assumidos pelas áreas sejam coerentes com os riscos definidos e assumidos pela Empresa.

Além disso, a Crefisa conta com uma Diretoria experiente e profissionalizada, Comitês estatutários e não estatutários de apoio à Diretoria, como por exemplo, Comitê de Remuneração, além de processos de *Compliance* e Controles Internos, Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), dentre outros recursos.

São Paulo, 28 de março de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas e Administradores da
Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Transações com partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa nº 13, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e nos saldos correspondentes, a Instituição realizou operações significativas com partes relacionadas. Caso fossem realizados com terceiros, as condições e os resultados poderiam ser diferentes daqueles advindos de operações com partes relacionadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança e Administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2025.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio Líquido			
	Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota Explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		6.117.760	6.052.207	Circulante		171.266	169.051
Caixa e equivalentes de caixa		176.135	334.950	Outras obrigações		171.266	169.051
Disponibilidades	4	35.128	69.534	Cobrança, Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.038	597
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	141.007	265.416	Fiscais e Previdenciárias	9	75.766	79.872
				Diversas	10	94.462	88.582
Instrumentos financeiros		5.613.292	5.432.720				
				Não Circulante		74.681	136.920
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.1	2.073.050	2.640.037	Diversas	11	74.681	136.920
Títulos e Valores Mobiliários							
Livres	5.1	1.766.729	1.615.086				
Vinculados a Prestação de Garantias		1.751.195	1.592.940				
		15.534	22.146				
Carteira de crédito	5.3	1.773.513	1.177.597	Patrimônio Líquido	12	6.357.241	6.071.950
Operações de crédito		2.334.532	1.509.271	Capital Social - Domiciliados no País		5.400.000	5.400.000
Outros créditos com característica de Concessão		-	26.348	Reservas de Lucros		957.241	671.950
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	5.4	(561.019)	(358.022)				
Outros Créditos	6	311.617	284.472				
Diversos		311.617	284.472				
Outros Valores e Bens	7	16.716	65				
Materiais de Estoque		65	65				
Despesas Antecipadas		16.651	-				
Não Circulante		485.428	325.714				
Instrumentos financeiros		25.216	2.068				
Carteira de crédito	5.3	25.216	2.068				
Operações de crédito		29.391	20.707				
Provisão para perda estimada associada ao risco de crédito	5.4	(4.175)	(18.639)				
Outros Créditos		335.019	239.904				
Créditos Tributários	19 a	259.218	188.562				
Diversos	6	75.801	51.342				
Outros Valores e Bens	7	33.300	-				
Despesas Antecipadas		33.300	-				
Imobilizado de Uso	8.1	23.678	25.531				
Outras Imobilizações de Uso		85.701	82.025				
(-) Depreciações Acumuladas		(62.023)	(56.494)				
Intangível	8.3	68.215	58.211				
Ativos Intangíveis		106.517	84.182				
Outros Ativos Intangíveis		43.704	43.705				
(-) Amortização Acumulada - Ativos Intangíveis		(82.006)	(69.676)				
Total do Ativo		6.603.188	6.377.921	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		6.603.188	6.377.921

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	2º Semestre	Exercício	
		2024	2024	2023
Receitas da intermediação financeira		1.798.205	3.265.149	2.700.443
Operações de crédito		1.585.039	2.828.795	2.151.192
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.2	213.166	436.354	549.251
Despesas da intermediação financeira		(397.833)	(737.118)	(520.682)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.4	(397.833)	(737.118)	(520.682)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.400.372	2.528.031	2.179.761
Outras despesas operacionais		(976.012)	(1.837.272)	(1.733.144)
Receitas de prestação de serviços		23.204	41.363	31.442
Despesas de pessoal		(66.639)	(131.762)	(104.730)
Outras despesas administrativas	14	(1.074.856)	(1.952.524)	(1.619.972)
Despesas tributárias	15	(90.316)	(162.765)	(126.024)
Outras receitas operacionais	16	270.256	432.725	299.703
Outras despesas operacionais	17	(37.661)	(64.309)	(213.563)
Resultado operacional		424.360	690.759	446.617
Resultado não operacional		(84)	(104)	(30)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		424.276	690.655	446.587
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	(126.318)	(179.904)	(88.958)
Provisão para imposto de renda		(78.606)	(111.848)	(54.898)
Provisão para contribuição social		(47.712)	(68.056)	(34.060)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	13.227	70.655	(44.325)
Imposto de renda pessoa jurídica		8.267	44.159	(24.153)
Contribuição social sobre lucro líquido		4.960	26.496	(20.172)
Participações sobre o lucro		(2.046)	(10.313)	(6.655)
Empregados	20.1	(2.046)	(10.313)	(6.655)
Lucro líquido do semestre/exercício		309.139	571.093	306.649
Quantidade de ações		5.400.000.000	5.400.000.000	5.400.000.000
Lucro líquido do semestre/exercício por ação (em reais)		0,06	0,11	0,06

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações do resultado abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Lucro líquido do semestre/exercício	309.139	571.093	306.649
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre/exercício	<u>309.139</u>	<u>571.093</u>	<u>306.649</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota Explicativa	Capital realizado	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutárias	Reserva especial de lucros		
Saldos em 1º de julho de 2024	12.1	5.400.000	167.212	396.860	223.082	-	6.187.154
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	-	309.139	309.139
Destinação							
Constituição de reserva legal	12.2	-	15.457	-	-	(15.457)	-
Reserva estatutária	12.3	-	-	293.682	-	(293.682)	-
Dividendos	12.4	-	-	(134.802)	-	-	(134.802)
Juros sobre o Capital	12.4	-	-	(4.250)	-	-	(4.250)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>5.400.000</u>	<u>182.669</u>	<u>551.490</u>	<u>223.082</u>	<u>-</u>	<u>6.357.241</u>
Mutações do Exercício		<u>-</u>	<u>15.457</u>	<u>154.630</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>170.087</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2024	12.1	5.400.000	154.114	294.754	223.082	-	6.071.950
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	571.093	571.093
Destinação							
Constituição de Reserva Legal		-	28.555	-	-	(28.555)	-
Reserva Estatutária		-	-	542.538	-	(542.538)	-
Dividendos		-	-	(134.802)	-	-	(134.802)
Juros sobre o Capital		-	-	(151.000)	-	-	(151.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>5.400.000</u>	<u>182.669</u>	<u>551.490</u>	<u>223.082</u>	<u>-</u>	<u>6.357.241</u>
Mutações do Semestre		<u>-</u>	<u>28.555</u>	<u>256.736</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>285.291</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2023		5.400.000	138.781	265.297	206.082	-	6.010.160
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	306.649	306.649
Destinação							
Constituição de reserva legal	12.2	-	15.333	-	-	(15.333)	-
Reserva estatutária	12.3	-	-	291.316	-	(291.316)	-
Dividendos	12.4	-	-	(124.159)	-	-	(124.159)
Juros sobre o capital próprio	12.4	-	-	(137.700)	17.000	-	(120.700)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>5.400.000</u>	<u>154.114</u>	<u>294.754</u>	<u>223.082</u>	<u>-</u>	<u>6.071.950</u>
Mutações do Exercício		<u>-</u>	<u>15.333</u>	<u>29.457</u>	<u>17.000</u>	<u>-</u>	<u>61.790</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício	
	2024	2024	2023
Das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	309.139	571.093	306.649
Ajustes ao lucro líquido do semestre/exercício	522.602	867.404	673.653
Depreciações e amortizações de imobilizado em uso	9.531	18.276	17.466
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	397.834	737.118	520.682
Provisão para contingências	2.051	2.646	2.158
Resultado na alienação de imobilizado	95	115	64
Provisão imposto de renda e contribuição social	126.318	179.904	88.958
Provisão imposto de renda e contribuição social diferido	(13.227)	(70.655)	44.325
Lucro líquido do semestre/exercício ajustado	831.741	1.438.497	980.302
(Aumento)/ Redução das variações em ativos e passivos	(644.588)	(1.284.967)	(704.125)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	322.126	566.987	77.421
Títulos e valores mobiliários	133.841	(151.642)	49.253
Operações de crédito	(840.927)	(1.382.399)	(710.011)
Outros créditos	524	(25.389)	(96.127)
Outros valores e bens	(32.411)	(49.951)	1.859
Outras obrigações	(227.741)	(242.573)	(26.520)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	187.153	153.530	276.177
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso	(1.665)	(4.209)	(9.548)
Aplicações Intangível	(21.884)	(22.334)	(1.930)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos	(23.549)	(26.543)	(11.478)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(139.053)	(285.802)	(244.858)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamentos	(139.053)	(285.802)	(244.858)
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.551	(158.815)	19.841
Equivalente de caixa no início do semestre/exercício	151.584	334.950	315.109
Equivalente de caixa no fim semestre/exercício	176.135	176.135	334.950
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	24.551	(158.815)	19.841

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Crefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, (“Instituição” ou “Crefisa”) é uma instituição financeira privada e independente, constituída em 1964 e devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), operando basicamente com crédito pessoal sem consignação. Atualmente, a Crefisa atua em todos os Estados do Brasil, com mais de 1.000 pontos de atendimento, com sua sede na rua Canada 387 - Jd. América - São Paulo - SP.

2. Base para elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis, da Crefisa foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações em conjunto com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). As demonstrações contábeis foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Crefisa conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todos os saldos foram arredondados para milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2025.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são:

3.1. Disponibilidades

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias.

3.2. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.3. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Instituição estão contemplados abaixo:

a) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do semestre / exercício;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial";

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- b) Operações de crédito e provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar.

- c) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

3.4. Ativo imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzidas das respectivas depreciações acumuladas, calculadas até a data de encerramento do balanço. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: móveis e utensílios, sistemas de comunicações e instalações - 10% e sistemas de processamento de dados e veículos - 20%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.5. Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, os ativos intangíveis devem corresponder aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade da Instituição ou exercidos com esta finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

3.6. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25, aplicável a partir do exercício de 2010, considerando as premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem ativos contingentes para 31 de dezembro de 2024.
- Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação;
- Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 15%.

3.9. Ativo Fiscal diferido

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal.

O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo. De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 19, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

3.10. Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (0,65%) e a COFINS (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a COFINS.

3.11. Redução de valor recuperável de ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, aprovado pela Resolução CMN no. 4.924/21, é reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância a Resolução CMN nº. 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.13. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos.

3.14. Mensuração a valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo em ativos e passivos financeiros, quando aplicável, é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, o valor das quotas de fundos de investimento divulgados pelos seus administradores, bolsa de valores e bolsa de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data base de balanço. Assim quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

3.15. Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação e amortização dos itens do ativo imobilizado e intangível; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e dos passivos contingentes e (iv) expectativa de realização do crédito tributário.

Os valores de eventual liquidação desses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.16. Lucro por ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis.

3.17. Juros sobre Capital Próprio

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos na conta de reserva especial de lucros a partir do momento que sejam declarados ou propostos.

3.18. Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na nota explicativa nº 21 (a).

3.19. Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão;
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

3.19. Novas normas emitidas com vigência futura

Resolução CMN nº 4.966/2021 e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/2023

A Resolução CMN nº 4.966/2021, e atualizações trazidas pela resolução nº 5.100/2023, estabeleceu os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do novo elenco de contas do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação da Crefisa que está em constante processo de atualização.

Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025.

4. Disponibilidades

Caixa e equivalente de caixa:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e depósitos bancários	35.128	69.534
Aplicações no mercado aberto - posição bancada - Letras do Tesouro Nacional	141.007	265.416
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	<u>2.073.050</u>	<u>2.640.037</u>
	<u>2.249.185</u>	<u>2.974.987</u>

4.1. Aplicações em Depósitos Interfinanceiros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Aplicações em depósitos interfinanceiros - ligadas	1.029.586	1.223.943
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Não ligadas	<u>1.043.464</u>	<u>1.416.094</u>
Total	<u>2.073.050</u>	<u>2.640.037</u>

A carteira é composta por depósitos interfinanceiros, custodiados conforme as determinações do BACEN, remunerados às taxas pós-fixadas e com vencimentos até junho de 2025.

Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez:

Receita líquida com depósitos interfinanceiros:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendas de aplicações interfinanceiros de liquidez (nota explicativa nº 5.2.)	253.329	349.145

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Instrumentos financeiros

5.1. Títulos e valores mobiliários

As cotas de fundos de investimentos e letras financeiras do tesouro estão classificadas na categoria "Títulos para negociação" a valor de mercado na cotação do dia, não havendo vencimento para as cotas de fundos de investimentos, abaixo segue composição:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Cotas de fundo de curto prazo	3	3
Cotas de fundo referenciado	46.259	72.096
Cotas de fundo de renda fixa	1.704.933	1.520.841
Letras financeiras do tesouro (i)	<u>15.534</u>	<u>22.146</u>
Total	<u>1.766.729</u>	<u>1.615.086</u>

(i) O prazo de vencimento do título setembro de 2029.

5.2. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras

Receita líquida com títulos e valores mobiliários:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendas de aplicações interfinanceiros de liquidez (ne 4.1)	253.329	349.145
Rendas de títulos de renda fixa	<u>183.025</u>	<u>200.106</u>
Total	<u>436.354</u>	<u>549.251</u>

5.3. Operações de crédito

As operações de crédito em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão compostas por Empréstimos - Crédito Pessoal Pessoa Física - Setor Privado, Pessoa Jurídica - Outros Créditos com taxas prefixadas e pós-fixadas, atualizadas de acordo com os contratos. Composição das operações de crédito por vencimento das parcelas:

A composição da carteira de operações de crédito é demonstrada como segue:

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) Por tipo de operação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativo circulante		
Empréstimos e títulos descontados	2.334.532	1.509.271
Outros créditos com característica de concessão	-	26.348
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(561.019)</u>	<u>(358.022)</u>
	<u>1.773.513</u>	<u>1.177.597</u>
Ativo não circulante		
Empréstimos e títulos descontados	29.391	20.707
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<u>(4.175)</u>	<u>(18.639)</u>
	<u>25.216</u>	<u>2.068</u>
Total	<u><u>1.798.729</u></u>	<u><u>1.179.665</u></u>

b) Por atividade econômica

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Setor privado		
Pessoas físicas	2.363.923	1.529.978
Pessoas jurídicas	-	26.348
	<u><u>2.363.923</u></u>	<u><u>1.556.326</u></u>

c) Por faixa de vencimento

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer		
Até 30 dias	442.544	259.238
De 31 a 60 dias	350.713	227.554
De 61 a 90 dias	242.797	155.771
De 91 a 180 dias	445.887	308.430
De 181 a 360 dias	281.342	175.592
Acima de 360 dias	<u>29.391</u>	<u>20.707</u>
	<u>1.792.674</u>	<u>1.147.292</u>
Vencidos		
De 15 a 30 dias	38.145	40.697
De 31 a 60 dias	107.294	64.855
De 61 a 90 dias	74.836	54.229
De 91 a 120 dias	76.666	39.426
De 121 a 150 dias	49.219	36.969
De 151 a 180 dias	50.418	41.009
De 181 a 240 dias	94.543	62.538
De 241 a 300 dias	57.554	47.657
De 301 a 360 dias	22.574	20.675
Acima de 360 dias	<u>-</u>	<u>979</u>
	<u>571.249</u>	<u>409.034</u>
Total	<u><u>2.363.923</u></u>	<u><u>1.556.326</u></u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Receita de operações de Crédito

Rendas das operações de crédito e recuperação de créditos baixados com prejuízo:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Rendas de operações de Crédito	2.552.459	1.841.340
Outras Receitas operacionais	<u>276.336</u>	<u>309.852</u>
	<u>2.828.795</u>	<u>2.151.192</u>

5.4. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito foi movimentada pelos seguintes eventos:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos iniciais	376.661	497.141
Baixas contra a provisão	(548.585)	(641.162)
Provisão constituída no exercício	737.118	520.682
Saldos finais	<u>565.194</u>	<u>376.661</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as recuperações por recebimento integral ou de parcela significativa da dívida (superior à 20% do saldo devedor) das operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo foram reconhecidas como "Recuperação de Créditos Baixados para Prejuízo" no valor de R\$ 276.336 (R\$ 257.826 em 31 de dezembro de 2023).

De acordo com as Resoluções nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000, do Conselho Monetário Nacional, a metodologia de cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada com base nos níveis de risco da carteira de créditos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o risco da carteira estava assim distribuído:

Nível de risco	Percentual de provisão	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
A	0,5%	1.190.565	5.953	815.660	4.078
B	1,0%	72.314	723	60.324	603
C	3,0%	210.263	6.308	121.351	3.641
D	10,0%	193.372	19.337	115.238	11.524
E	30,0%	148.632	44.590	64.087	19.226
F	50,0%	77.946	38.973	52.900	26.450
G	70,0%	71.739	50.218	52.089	36.462
H	100,0%	399.092	399.092	274.677	274.677
Total		<u>2.363.923</u>	<u>565.194</u>	<u>1.556.326</u>	<u>376.661</u>

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros créditos - diversos

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Depósitos judiciais (a)	75.801	51.342
Recebimentos diversos (b)	3.228	10.397
Títulos e créditos a receber	23.560	15.191
CSLL a compensar	5.300	4.853
INSS a compensar	66	61
TECBAN e Saque Pague (c)	261.720	184.355
Adiantamento para pagamento de nossa conta (d)	14.733	35
Adiantamento Antecipações Salariais	3.009	-
Outros	1	69.580
	<u>387.418</u>	<u>335.814</u>
Circulante	311.617	284.472
Não circulante	75.801	51.342

- (a) Referem-se basicamente a depósitos judiciais para garantia de processos de natureza cível, tributário e trabalhista;
- (b) Refere-se a recebimentos de operações de crédito ocorridos no final do mês de dezembro de 2024 e disponíveis nas contas correntes bancárias da Instituição no início do mês subsequente;
- (c) Refere-se à disponibilidade de numerário para clientes, para operações e saques em caixas eletrônicos da TECBAN.
- (d) Refere-se à adiantamento da prestação de serviço de partes relacionadas, o detalhamento da prestação de serviço está demonstrado na nota 13.1 (a).

7. Outros valores e bens

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos em Estoque	65	65
Despesas Pagas Antecipadamente (i)	49.951	-
Total	<u>50.016</u>	<u>65</u>
Circulante	16.716	65
Não circulante	33.300	-

- (i) Refere-se a plano de investimentos a longo prazo em ações de marketing (propaganda e publicidade) com amortização no prazo de 36 meses.

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Ativo não circulante - permanente

8.1. Composição - Imobilizado

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo Corrigido	Depreciação Acumulada	Imobilizado Líquido	Imobilizado Líquido
Instalações	7.242	(4.629)	2.613	1.656
Mobiliário	2.470	(1.272)	1.198	816
Equipamentos de processamento de dados	56.432	(44.781)	11.651	14.740
Equipamentos de comunicação e segurança	4.942	(4.758)	184	153
Outros equipamentos	6.467	(5.032)	1.435	1.464
Terrenos	5.507	-	5.507	5.507
Edificações	2.641	(1.551)	1.090	1.195
	<u>85.701</u>	<u>(62.023)</u>	<u>23.678</u>	<u>25.531</u>

8.2. Movimentação - Imobilizado

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Instalações	5.693	1.549	-	7.242
Mobiliário	1.947	531	(8)	2.470
Equipamentos de processamento de dados	55.035	1.498	(101)	56.432
Equipamentos de comunicação e segurança	4.851	91	-	4.942
Outros equipamentos	6.351	539	(423)	6.467
Terrenos	5.507	-	-	5.507
Edificações	2.641	-	-	2.641
	<u>82.025</u>	<u>4.208</u>	<u>(532)</u>	<u>85.701</u>

8.3. Composição - Intangível

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Licenças e direitos autorais de uso	46.691	(19.804)	26.887	10.571
Direito exclusividade ou preferência	59.826	(19.047)	40.779	46.762
Outros ativos intangíveis	40.412	(40.412)	-	-
Benfeitorias	3.292	(2.743)	549	878
Total Intangível	<u>150.221</u>	<u>(82.006)</u>	<u>68.215</u>	<u>58.211</u>

8.4. Movimentação - Intangível

	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Licenças e direitos autorais de uso (i)	24.357	22.334	-	46.691
Direito exclusividade ou preferência (ii)	59.826	-	-	59.826
Outros ativos intangíveis	40.412	-	-	40.412
Benfeitorias	3.292	-	-	3.292
Total Intangível	<u>127.887</u>	<u>22.334</u>	<u>-</u>	<u>150.221</u>

- (i) Refere-se a aquisição de direito de uso de softwares; e
(ii) Refere-se basicamente a direito de exclusividade de exploração comercial de produtos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

A conta "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" possuía a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	20.753	14.063
PIS e COFINS - Provisão constituída	16.006	10.900
PIS e COFINS - Parcelamento	15.730	32.031
INSS - Parcelamento	521	1.061
Outros	22.756	21.817
Total	<u>75.766</u>	<u>79.872</u>

10. Outras obrigações - Diversas - circulante

A conta "Outras obrigações - diversas" possuía a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Outros Depósitos	6.568	9.653
Provisão para pagamentos a efetuar - pessoal	9.123	9.231
Outras Despesas Administrativas	73.350	64.567
Credores Diversos	514	667
Provisão Participação nos Lucros	4.907	4.464
Total	<u>94.462</u>	<u>88.582</u>

11. Outras obrigações - diversas - não circulante

A Instituição, na execução das suas atividades normais, é parte integrante em demandas judiciais de natureza tributária, legal, cível e trabalhista. As provisões decorrentes dessas demandas são constituídas com base em opinião de assessores legais, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e desfecho de causa. A revisão das provisões ocorre no mínimo semestralmente, ou a qualquer tempo, sempre que se verificar alguma discrepância na sua metodologia, e são ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente.

A composição e movimentação da provisão para demandas judiciais podem ser assim demonstradas:

Matéria	31/12/2023	Adição	Baixa	31/12/2024
Trabalhista	57.408	2.646	-	60.054
Cível	79.512	-	(64.885)	14.627
Saldo final	<u>136.920</u>	<u>2.646</u>	<u>(64.885)</u>	<u>74.681</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Perdas possíveis não provisionadas nas demonstrações contábeis

As demandas judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, podem ser assim demonstradas:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Tributárias IRPJ e CSLL	11.180	11.026
Cíveis Perdas e danos	15.066	71.503
Trabalhistas Reclamação trabalhista	101.151	112.816
Total	<u>127.397</u>	<u>195.345</u>

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024, subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 5.400.000 (R\$ 5.400.000 em 31 de dezembro de 2023) e está representado por 5.400.000.000 de ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 cada (5.400.000.000 ações ordinárias nominativas em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 1,00 cada).

12.2. Reserva Legal

A reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando à disposição da Assembleia Geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o montante de R\$ 28.555 (R\$ 15.333 em 31 de dezembro 2023) a título de reserva legal.

O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 182.669 (R\$ 154.114 em 31 de dezembro 2023).

12.3. Reserva de retenção de lucros - estatutária

A reserva estatutária é composta pelo saldo remanescente do lucro líquido após destinação do percentual para a reserva legal, ficando à disposição da Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No exercício findo em 31 dezembro de 2024, foram destinados das reservas estatutárias R\$ 542.538 (R\$ 291.316 em 31 de dezembro de 2023) para constituição de reservas especial de lucros.

O saldo de reserva estatutária em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 551.490 (R\$ 294.754 em 31 de dezembro de 2023).

O saldo de reserva especial de lucros em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 223.082 (R\$ 223.082 em 31 de dezembro de 2023).

12.4. Dividendos e juros sobre capital próprio

O capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 25% sobre o lucro líquido ajustado do exercício. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram distribuídos dividendos no montante de R\$ 134.802 (R\$ 124.159 em 31 de dezembro de 2023), e pagos a remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, o montante de R\$ 151.000 (R\$ 120.700 em 31 de dezembro de 2023).

A Instituição possui como controladora, a holding Crefipar Participações e Empreendimentos S.A.

13. Transações com partes relacionadas

13.1. Transações com controladores (diretas e indiretas)

A Instituição e suas empresas ligadas mantêm transações entre si, e são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/2020. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos.

A seguir demonstramos o resumo destas transações.

	Ativo		Receita	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidade				
Banco Crefisa S.A.	29.701	63.940	-	-
Aplicação em Oper. Compromissadas NTN	141.007	-	4.666	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.029.586	1.223.943	115.243	139.144
Total	1.200.294	1.287.883	119.909	139.144
	Passivo		Despesa	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras obrigações - diversas				
Adobe Assessoria de Serviços (a)	34.750	43.750	557.080	611.474
Toscana Telemarketing e Serviços em Geral (b)	-	-	39.600	42.700
Crefitech Serv. Tecnologia e informática (c)	-	-	121.250	30.000
Panda Agência de Publicidade. e Propaganda (d)	1.670	-	17.144	-
Banco Crefisa S.A. (e)	158	253	494.868	312.719
Total	36.578	44.003	1.229.942	996.883

CREFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Refere-se a despesas com serviços de atendimento aos clientes, elaboração e análise de cadastro, cobrança, serviços de informática (assistência técnica e compra de equipamentos) e segurança de dados, cessão de espaço para atendimento, publicidade e propaganda e contingências, classificadas em outras despesas administrativas;
- (b) Refere-se a despesas com serviços de call center, atendimento telefônico a clientes, cobrança, SAC e divulgação;
- (c) Refere-se a despesas de prestação de serviços de tecnologia de informação.
- (d) Refere-se a despesas com serviços de agenciamento com propaganda e publicidade;
- (e) Refere-se a despesas de prestação de serviços de assessoria e consultoria financeira, elaboração de relatórios, gestão de carteira de títulos e valores mobiliários, comissão de fiança e indicação de clientes.

14. Outras despesas administrativas

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de prestação de serviços comerciais (i)	719.095	458.044
Despesas de serviços de cobrança (ii)	372.452	508.852
Despesas de serviços do sistema financeiro	344.848	239.684
Despesas de publicidade e propaganda	138.257	106.295
Despesas de prestação de serviço de tecnologia (iii)	121.250	30.000
Despesas com serviços de manutenção de sistemas	117.953	107.986
Despesas de execução e acordos judiciais	48.037	77.252
Despesas com assessoria técnica especializada	29.019	45.975
Despesas de comunicações	19.004	20.591
Despesas diversas	18.737	9.682
Despesas de manutenção conservação e limpeza	15.195	7.842
Despesas de material	4.961	2.535
Despesa de água e energia elétrica	1.989	1.779
Despesas com correios e malotes	1.027	2.232
Doações e patrocínios	700	1.223
	<u>1.952.524</u>	<u>1.619.972</u>

- (i) serviços prestados pelas empresas ligadas, com assessoria financeira e apoio comercial.
- (ii) serviços prestados pela Adobe Assessoria, serviços de cobrança, com relação a variação entre os exercícios, tivemos o fechamento de filiais, e conseqüentemente a redução do quadro de funcionários, e a transferência de funcionários da Adobe para Crefisa.
- (iii) Serviços de tecnologia prestados pela Crefitech, onde o início das prestações de serviço ocorreu a partir de julho 2024.

15. Despesas tributárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas com ISS	2.036	1.522
Despesas com COFINS	135.698	105.337
Despesas com PIS	22.051	17.117
Despesas com IPTU	457	437
Despesas com Impostos Federais	2.523	1.611
Total	<u>162.765</u>	<u>126.024</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ressarcimento de despesas	574	504
Recuperação de depósitos judiciais	1.171	868
Reversão de provisões operacionais	70.483	88.318
Encargos moratórios (i)	324.250	174.134
Atualização Monetária Processos	6.185	6.097
Outras	30.062	29.782
Total	432.725	299.703

- (i) Refere-se recuperação de créditos de operações em atraso, sua variação se deu após ação de cobrança adotada pela administração da empresa que obteve um resultado bem satisfatório no período.

17. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Amortização e depreciação	18.276	17.466
Outras operacionais	17.444	28.400
Multas	88	-
Outras provisões (a)	1.248	66.405
Provisões trabalhistas e cíveis (a)	2.646	80.298
Tarifas Mastercard	18.263	11.142
Juros	2.027	4.247
Outras despesas indedutíveis	1.040	1.971
Variação cambial	138	530
Operação cartão pré-pago	1.355	100
Outras	1.784	3.004
Total	64.309	213.563

- (a) As variações são decorrentes devido no exercício de 2023 a Instituição realizar provisões adicionais devido ao aumento expressivo de condenações e na volumetria dos processos que aumentaram em mais de R\$ 100 milhões em 2023. Em 2024 não foi realizado nenhuma provisão sem processo atrelado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2024	31/12/2023
Natureza dos Ajustes		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	690.655	446.587
Provisão de PLR	(4.907)	(5.643)
Resultado ajustado para base de cálculo do IR e CS	685.748	440.943
Adições / (exclusões):	<u>(236.947)</u>	<u>(219.519)</u>
Provisão para contingências	(62.239)	64.042
Provisão para Devedores Duvidosos	736.986	468.656
Outras Provisões	(3.847)	(3.774)
Perdas Lei 9430/96 - PF	(635.096)	(528.933)
Juros sobre o Capital próprio	(151.000)	(137.700)
Participações sobre o lucro	(5.406)	(1.011)
Incentivos Fiscais	700	1.233
Outros	(117.045)	(82.022)
Base de cálculo do IRPJ	453.708	227.068
Imposto de renda calculado	113.403	56.743
Incentivos fiscais de dedução	(1.555)	(1.845)
Imposto de renda apurado	<u>111.848</u>	<u>54.898</u>
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Base de cálculo da CSLL	453.708	227.068
Contribuição social apurada	68.056	34.060
Total IRPJ e CSLL apurado	<u>179.904</u>	<u>88.958</u>
IRPJ - Estimativa	(106.380)	(50.177)
CSLL - Estimativa	(52.771)	(24.719)
Total IRPJ e CSLL devido / a compensar	<u>20.753</u>	<u>14.063</u>

19. Ativo diferido IRPJ e CSLL

Em 31 de dezembro de 2024 a Instituição constituiu crédito tributário sobre diferenças temporárias no valor total de R\$ 259.218 (R\$ 188.562 em 2023).

O objetivo da constituição do crédito foi adequar as melhores práticas contábeis, visando o equilíbrio das contas de resultado versus contas patrimoniais, e demonstrando de forma clara e efetiva a transparência nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do ativo diferido

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências Trabalhistas (a)	60.055	57.408
Provisão para Devedores Duvidosos (b)	565.194	376.661
Provisão Contingências Cíveis (c)	14.627	14.627
Outras Prov. Contingências Cíveis (c)	-	22.710
Provisão para Contr. Previdenciária (d)	3.262	-
Provisão Participação nos Lucros e Resultados (e)	4.907	-
Base de cálculo	<u>648.045</u>	<u>471.406</u>
Cálculo:		
CSLL - 15%	97.207	70.711
IRPJ - 25%	162.011	117.851
Total saldo do crédito tributário	<u>259.218</u>	<u>188.562</u>

- (a) De acordo com estudo elaborado pela área jurídica trabalhista, considerando todos os processos desde a data de impetração até o seu arquivamento, conclui-se que a média para finalização dos processos seja de 20 meses;
- (b) Os contratos firmados com os clientes possuem fluxo de pagamento médio de 12 parcelas, associado às regras da Resolução nº 2.682/99 do CMN, pode-se concluir, conservadoramente, que a totalidade da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será revertida à prejuízo no prazo máximo de 24 meses;
- (c) Devido à complexidade dos processos cíveis, tendo em vista às instâncias envolvidas e os rito processuais, a área jurídica cível, utilizou a média por região, versus a quantidade de processos por região, concluindo assim a quantidade de 21 meses para finalização dos processos;
- (d) Discuti-se judicialmente a limitação das contribuições Sesi, Senac, Senais, Sesc (4 S) a 20 salários-mínimos sobre a folha de pagamento. Tendo em vista o julgamento do STJ em março de 2024, os advogados acreditam que em 12 meses haverá a baixa dos valores discutidos;
- (e) Provisão constituída conforme as regras criadas pela convenção coletiva do sindicato dos bancários. Conforme acordo coletivo da categoria, os valores serão efetivados e conseqüentemente baixados em março de 2025, ou seja, em 9 meses.

Conforme acordo coletivo da categoria, os valores serão efetivados e conseqüentemente baixados em março de 2025, ou seja, em 9 meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Movimentação da composição do ativo diferido:

	Saldos em 31/12/2023	Movimentações		Saldos em 31/12/2024
		Constituições	Realizações/ Baixas/ Transferências	
Provisão para Contingências Trabalhistas	57.408	2.646	-	60.055
Provisão para Devedores Duvidosos	376.661	737.118	(548.585)	565.194
Provisão Contingências Cíveis	14.627	-	-	14.627
Outras Provisões Contingências Cíveis	22.710	42.175	(64.885)	-
Provisão para Contribuição Previdenciária	-	3.262	-	3.262
Provisão PLR	-	4.907	-	4.907
Total	471.406	790.108	(613.470)	648.045

(b) Expectativa de realização do ativo diferido

O ativo fiscal diferido da Instituição em 31 de dezembro de 2024 representado por diferenças temporárias provenientes da provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisão para demandas judiciais, possuem a seguinte expectativa de realização:

Base	R\$	Expectativa de realização
Provisão para Contingências Trabalhistas	60.055	20 meses
Provisão para Devedores Duvidosos	565.194	24 meses
Provisão para Contingências Cíveis	14.627	21 meses
Outras Prov. Contingências Cíveis	-	21 meses
Provisão para Contr. Previdenciária	3.262	12 meses
Provisão Particip. nos Lucros e Resultados	4.907	9 meses
Total	648.045	

20. Comitê de remuneração

A Instituição adota apenas remuneração fixa para seus administradores, e não concede planos de benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios ao longo prazo e remuneração baseada em ações para diretoria e a administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos a título de honorários de diretoria o valor de R\$ 4.049 (R\$ 4.404 em 2023).

Possui Comitê de remuneração com as seguintes atribuições:

- Elaborar, supervisionar e operacionalizar a política de remuneração dos administradores;
- Avaliar cenários futuros, internos e externos e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Zelar para que a política de remuneração esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e situação financeira atual e esperada da Instituição; e
- Seguir a lei e a regulamentação aplicável.

20.1 Participações sobre o lucro

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos a título de participação nos lucros e resultados o valor de R\$ 10.313 (R\$ 6.655 em 2023).

21. Gerenciamento de Riscos e de Capital

21.1 Gerenciamento de Riscos

Em linha com a legislação vigente, o Conglomerado Prudencial Crefisa, que compreende a Crefisa S/A Crédito, Financiamento e Investimentos e o Banco Crefisa S/A, possui estrutura de gerenciamento de riscos, segregada das áreas de negócios, compatível com o grau de complexidade e nível de risco das suas operações. O processo de gerenciamento de riscos é suportado por metodologias, políticas e procedimentos que definem as diretrizes para identificar, avaliar, monitorar, reportar e mitigar os principais riscos que o Conglomerado está exposto, em acordo com os níveis descritos na sua Declaração de Apetite por Riscos, desempenhando importante papel para seu crescimento sustentável.

Assim como é fundamental o gerenciamento individualizado de cada risco, também se avalia o impacto da interação entre os riscos, de modo a combinar a rentabilidade das operações com níveis de riscos, dando suporte na definição de estratégias e na tomada de decisão pela alta administração.

Os riscos são segregados em financeiros (crédito, mercado e IRRBB e liquidez) e não financeiros (operacional, socioambiental e climático, continuidade dos negócios, conformidade, privacidade e proteção de dados e cibernético) conforme o modo de mensuração de sua exposição.

Risco de Crédito

A Crefisa identifica e avalia o risco de crédito em operações de crédito pessoal e consignado para pessoas físicas e produtos de crédito em geral para pessoas jurídicas, contemplando reestruturação de instrumentos financeiros, ativos problemáticos e contrapartes conectadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Monitora as exposições concentradas, a concentração em contrapartes, as perdas com operações de crédito e vários outros indicadores. Quando pertinente, estabelece procedimentos para mitigar os riscos e as perdas, como execução de garantias e ações de cobrança.

Risco de Mercado e IRRBB

A Crefisa identifica o risco de mercado através da decomposição dos ativos que compõem sua carteira em fatores primitivos de risco e estima a perda que a oscilação no preço de mercado dos ativos pode acarretar. Para isso, utiliza o VaR (Value at Risk).

Monitora diariamente as exposições e limites estabelecidos internamente e, quando pertinente, revisa a estratégia de investimentos. Realiza backtesting para avaliar a efetividade do modelo e complementa a avaliação do risco com o cálculo do VaR Stress.

Gerencia o risco das movimentações adversas das taxas de juros, ou seja, o IRRBB, através do Δ EVE (Delta Economic Value of Equity). Mensalmente avalia se o capital é suficiente para cobrir o IRRBB e, quando pertinente, adota ações pertinentes para mitigar o risco.

Risco de Liquidez

Para o gerenciamento do seu risco de liquidez, a Crefisa avalia se tem recursos suficientes para honrar com suas obrigações de curtíssimo prazo (liquidez imediata) e o descasamento do fluxo de caixa entre ativos e passivos nos médio e longo prazos, respeitando os limites definidos internamente. Mantém o Plano de Contingência de Liquidez atualizado e aprovado nas alçadas competentes e o aciona de acordo com as regras nele estabelecidas.

Risco Operacional

A Crefisa identifica o risco operacional e controles em seus processos através de mapeamento estruturado de fragilidades, incluindo o risco de tecnologia da informação e o risco legal. A avaliação do nível de exposição é obtida através de uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, disponíveis em documento específico, e da efetividade dos controles. Caso seja considerada inadequada, são definidos planos de ação para adequação da efetividade do controle e então mitigação do risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco Socio, Ambiental e Climático

O risco social, ambiental e climático (RSAC) na Crefisa surge da sua relação com as partes interessadas (Clientes, Colaboradores e Parceiros) e permeia os demais riscos que a instituição está exposta. O gerenciamento desse risco envolve: a definição e monitoramento de indicadores específicos de RSAC e mesclados com outros riscos; a divulgação das diretrizes SAC que a instituição espera que seus parceiros estejam aderentes, asseguradas pela inclusão de cláusulas contratuais; o monitoramento da inclusão de clientes e parceiros em listas restritivas durante todo o período de relacionamento com a instituição; a definição de alçadas para aprovação de relacionamento com as partes interessadas; dentre outras ações.

Risco de Continuidade de Negócios

O gerenciamento desse tipo de risco fornece estrutura para que a Crefisa seja capaz de responder eficazmente a situações de interrupções em seus negócios e salvaguardar a reputação da sua marca e suas atividades geradoras de receita.

Possui um Plano de Continuidade de Negócios atualizado, com um conjunto previamente definido de estratégias e procedimentos para ações de contingência, para gerenciamento de crises e para recuperação das funcionalidades dos ativos de Tecnologia da Informação que suportam os processos/atividades vitais e críticos para restabelecer o ambiente e as condições originais da operação. Realiza periodicamente testes e revisões para assegurar a efetividade do plano.

Risco de Conformidade (Compliance)

A Crefisa possui estrutura dedicada à função de conformidade, segregada das áreas de negócios e de auditoria interna, para atuar com independência e assegurar o exercício pleno de suas atividades.

Mantém política específica, que estabelece diretrizes para avaliar e monitorar a aderência da Crefisa ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos normativos internos e outros regulamentos que esteja obrigada a observar; realiza testes periódicos; monitora a publicação de novos normativos externos e a implementação de adequações, quando necessário; e estabelece condições mínimas regulatórias que devem ser observadas em novos projetos ou produtos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Risco de Privacidade e Proteção de Dados

A Crefisa considera a privacidade e proteção de dados muito importante. Por isso, possui estrutura dedicada e independente das áreas de segurança e de tecnologia da informação para o gerenciamento desse tipo de risco, baseado nos pilares da análise de impacto à privacidade (PIA) e da análise de impacto de Proteção de Dados (DPIA).

A avaliação do nível de exposição ao risco é realizada através da combinação de análises qualitativas e quantitativas do processo e ferramentas envolvidas e da análise da efetividade de controles mitigatórios. Quando pertinente, são definidos planos de ação para corrigir deficiências e assegurar o tratamento adequado dos dados da Crefisa e de seus clientes, colaboradores e parceiros.

Risco Cibernético

O risco cibernético vem das tentativas criminosas de danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas de tecnologia da Crefisa. Para o gerenciamento desse risco, a Crefisa possui estrutura dedicada e independente das áreas de tecnologia da informação, que conta com diversos mecanismos para identificar, evitar e proteger os ativos da instituição e assegurar a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação na instituição.

21.2 Gerenciamento de capital

O Gerenciamento de Capital visa apoiar o processo decisório nos negócios, além de manter o nível de capital da Crefisa enquadrado aos limites mínimos exigidos pelo regulador.

Com base nisso, a instituição implementou uma estrutura para gerenciamento de capital, compatível com os riscos incorridos, cujo objetivo é monitorar e controlar sua suficiência frente aos riscos que está exposta, bem como realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Crefisa.

O Patrimônio de Referência da Crefisa é constituído pelo Capital Social e Reservas de Lucros, deduzidos de ajustes prudenciais, perfazendo o valor de R\$ 6.517 bilhões em 31 de dezembro de 2024, sendo a totalidade desse valor enquadrada como PR Nível I.

O Índice de Basileia nessa data foi de 65,31%, ficando acima do limite mínimo estabelecido pelo regulador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de
dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O relatório completo sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e capital
está disponível no endereço eletrônico www.crefisa.com.br

22. Outros assuntos

(a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº. 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição. Nosso resultado contábil no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 571.093 e (R\$ 306.649 em 2023) líquido de impostos, sem a existência de resultados não recorrentes.

(b) Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023

A Crefisa adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

(c) Impactos dos eventos climáticos sofridos pelo estado do Rio Grande do Sul

Em consonância com as Resoluções CMN nº 5.132 de 10/05/2024 e resolução CMN nº 5.158 de 24/07/2024, foram considerados durante o semestre findo em 30 de junho de 2024 para a mensuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, os critérios normais com base na resolução CMN nº 2.682, diante dos impactos dos eventos climáticos no Rio Grande do Sul.

Ressalta-se que até a data da divulgação destas demonstrações, não foram identificados impactos significativos e relevantes em nossa carteira de operações de crédito. Continuaremos a monitorá-la e a implementar medidas de mitigação de riscos, tempestivamente quando se fizer necessário.

23. Relacionamento com a auditoria

Em atendimento à Resolução nº 4.910 do CMN, não houve contratação de serviços da BDO RCS Auditores Independentes S.S. Ltda. relacionados a Corretora, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes que, principalmente, determinam que o auditor não deva auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover seus interesses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Análises e Reconhecimento entre as práticas contábeis adotadas em 31/12/2024 e as novas normas determinadas pelas resoluções CMN nº4.966/2021 e nº352/2023, respectivamente

A resolução nº 4.966/2021 do CMN e alterações realizadas posteriormente, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, assim como as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e todas as entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O objetivo das referidas normas é reduzir as assimetrias entre as normas contábeis do COSIF e os padrões contábeis internacionais.

Adicional a Resolução nº4.966/21 do CMN, o BACEN emitiu normas complementares ao tema. A resolução nº352/23, estabeleceu procedimentos contábeis relacionados a destinação de fluxo de caixa de ativos financeiros (teste de SPPJ), aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva, constituição da provisão para perdas associadas ao risco de crédito e, evidenciação de informações sobre os instrumentos financeiros em notas explicativas.

Concomitante as mudanças trazidas pelas resoluções supracitadas também ocorrerão a reformulação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

O BACEN reestruturou o elenco de contas do COSIF com vigência a partir de 01/01/2025 (Instruções Normativas BCB nº 426/23 e 433/23 e alterações posteriores).

A instituição CREFISA elaborou um plano de implementação aprovado pela administração da instituição, contendo todos os mapeamentos e seus impactos, implementação de todas as mudanças realizadas com todas as adequações necessárias nos processos e sistemas internos e legados e a revisão dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

A frente de trabalho deste projeto foi totalmente estruturada sobre as principais temáticas trazidas exclusivamente pelas normas:

- (1) Classificação e Reconhecimento da Renda de Empréstimos;
- (2) Taxa Efetiva de Juros;
- (3) Renegociação e Restruturação de Dívidas;
- (4) Mensuração da Perda Esperada e;
- (5) Evidenciação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os resultados e impactos da aplicação das referidas normas acima referenciadas estão apresentadas no quadro abaixo:

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	6.357.241
Ajuste na provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (a)	(18.858)
Ajuste ao valor justo de Ativos Financeiros (b)	-
Efeitos Tributários	7.543
Patrimônio Líquido em 01/01/2025	6.345.926

- (a) Na adoção da Resolução nº 4.966/21 do CMN e da Resolução nº 352/23, houve alteração nas apurações das perdas incorridas, provisão adicional e perdas esperadas associadas ao risco de crédito a partir de 01/01/2025. Até 31/12/2024 era utilizado o conceito de perdas esperadas de acordo com a resolução nº 2.682/99.
- (b) Nas classificações dos instrumentos financeiros para as novas categorias introduzidas pela Resolução nº4.966/21 do CMN (“Valor Justo por meio do resultado - VJR”, “Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA” e “Custo Amortizado”) a Instituição CREFISA não teve alteração no critério de mensuração desses ativos financeiros (curva x mercado). Sendo assim não houve impacto relevante sobre a posição patrimonial da CREFISA, pois nossos instrumentos Financeiros estão classificados pela categoria de custo amortizado.

Os impactos de transição são embasados nas melhores estimativas apuradas na data do relatório financeiro e os ajustes identificados decorrentes da aplicação dos novos critérios contábeis serão registrados em contrapartida à rubrica contábil de Lucros ou Prejuízos Acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários sensibilizando o Patrimônio Líquido da Instituição CREFISA.

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua conclusão.

Leila Mejdalani Pereira
Diretora Presidente

José Roberto Lamacchia
Diretor Superintendente

Celita Rosenthal Boraks
Diretora

Ivan Dumont Silva
Diretor

Márcio Felipini
Contador-TC- CRC 1SP 197.370/O-2/